

DA POLITICAGEM A POLÍTICA. A INTERVENÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA GUERRA DO CONTESTADO

Rogério Rosa Rodrigues – PPG-UFRJ

Foram 4 anos de combate, embora com interrupções. Mas pelos mortos, um número que varia de 5 a 25 mil entre civis e militares, tem-se uma idéia da violência. O conflito ficou conhecido como Guerra do Contestado. Os fatores envolvidos foram muitos: disputa territorial entre Paraná e Santa Catarina; descontentamento com os poderes locais; luta pela terra; direito de professar livremente sua fé; sonho de um mundo melhor. De todos os citados o que mais preocupava o Presidente da República era a questão dos limites territoriais, que colocava em confronto as oligarquias estaduais e comprometia os interesses políticos federais.

Essa guerra envolvendo sertanejos e coronéis no Sul do Brasil têm como marcos oficiais as mortes do monge José Maria e do capitão João Gualberto, em outubro de 1912, e a declaração oficial da guerra, em setembro de 1914. Entre o primeiro fato e o segundo, a presença militar na região ocorreu com seguidas trocas de comandantes e inúmeros conflitos entre oficiais.

Minha análise se centrará no momento da nomeação do general Setembrino de Carvalho, futuro ministro da guerra e árduo crítico do movimento tenentista, para comandante geral da campanha e inspetor da XI Região Militar sediada em Curitiba. Conforme a estratégia elaborada a partir de sua nomeação, foram mobilizados 6000 homens do Exército acrescido de outros 1000 civis contratados como força auxiliar¹, além de efetivos do Exército provenientes dos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e da Capital Federal fazendo com que a campanha assumisse, a partir de então, um caráter efetivo de guerra, sendo declarada oficialmente em Setembro de 1914.

O empenho do Marechal Hermes da Fonseca, ao disponibilizar tão grande número de homens e verbas, nos faz pensar nos interesses políticos que possuía na solução desse conflito. As vantagens, vale antecipar, eram tanto para o Exército quanto para o governo federal.

A proposta de guerra dava ensejo para colocar em debate a necessidade de modernização do Exército defendida pelos oficiais fundadores da revista militar chamada *A Defesa Nacional*, conforme ressaltado nas matérias publicadas na revista avaliando o desempenho militar do Exército no Sul do Brasil. Leila Maria Correia Capella é uma das poucas pesquisadoras que articula a Guerra do Contestado com os interesses e objetivos dos redatores de *A Defesa Nacional*. Para a autora:

Transformada em guerra, a repressão aos sertanejos do Contestado, segundo a Revista, deve ter como seu único objetivo aniquilá-los. Para isso, é necessário seguir os preceitos táticos previstos nos regulamentos, e passa imediatamente à análise da questão do ponto de vista militar, sob seus diferentes ângulos. Afinal, a guerra civil apresentava pontos positivos para os “jovens turcos”: a possibilidade de testar os conhecimentos adquiridos nos estudos com mestres e manuais estrangeiros e, ainda, demonstra a importância do Exército para a vida nacional, abrindo caminho, em consequência, para a obtenção de melhores fatias do orçamento federal².

O acompanhamento dessa guerra nas matérias da *Defesa Nacional* se deu também por meio de uma campanha criada por oficiais e intelectuais sensibilizados com a situação das famílias de soldados e oficiais mortos em combate que mobilizou o clube militar e foi implementada em vários Estados do Brasil³. Para que se compreenda a decisão por declarar guerra no sul do Brasil faz-se necessário estar atento para o contexto em que esta se situava: paralela à Primeira Guerra Mundial, momento de prestígio e evidência das discussões que envolvem defesa nacional e militares, e à campanha pela implementação do serviço militar obrigatório, defendida arduamente pelos oficiais em nome da modernização militar.

Com base nessas evidências não é exagero dizer que a guerra do Contestado passou a ser um painel por onde muitas das questões defendidas em nome do Exército nacional ganhavam maior visibilidade.

Tais elementos, embora circunscritos a interesses institucionais, no caso o empenho dos oficiais militares envolvidos na profissionalização e modernização militar, foram contemporâneos da política das *salvações*⁴, praticada por Hermes da Fonseca através de conturbadas intervenções como as que ocorreram no Rio de Janeiro, na Bahia e no Ceará entre 1910 e 1914. Conforme relatado por Setembrino de Carvalho em suas memórias, a intenção do presidente era adotar a mesma estratégia de intervenção nos Estados do Paraná e de Santa Catarina, porém, a recusa do general em assumir uma delegação política colocou a intervenção a favor da campanha de profissionalização militar. Em reunião com os Ministros da Guerra, do Interior e com o Presidente Hermes da Fonseca, momentos antes da sua nomeação, Setembrino de Carvalho expõe sua proposta para o conflito no sul do Brasil:

*...penso que o meu papel no Paraná e Santa Catarina, dever ser semelhante ao do Ministro da Guerra, Marechal Moura, quando ao Rio Grande do Sul foi dirigir as operações contra os revolucionários federalistas. Restringiu sua ação á esfera militar, guerreira. Alheio inteiramente à política e administração do Estado, exercidas conjuntamente pelo seu Presidente, Júlio de Castilhos. Os Poderes Públicos do Estado conservaram-se íntegros, sem interferências alheias. Assim, também, em relação aos dois Estados do Sul, assolados pelo fanatismo. Os Governadores continuarão no exercício legal de seus mandatos, auxiliando-me no que se fizer mister, dever que lhes é imposto pelo fato de haverem solicitado à União intervenção nos moldes do artigo 6º da Constituição da República*⁵.

A demarcação dos limites territoriais, entre os problemas envolvendo o conflito denominado Contestado, foi o que dispensou maior atenção do Marechal Hermes da Fonseca. Setembrino, que fora elogiado pela resolução da querela política no Juazeiro meses antes, propôs uma ação militar para os sertanejos, enquanto nos bastidores tentava um acordo entre os governadores do Paraná e de Santa Catarina. Em matéria publicada dois meses após a sua nomeação, pesava sobre ele a crítica de estar protegendo e guarnecendo apenas as regiões paranaenses, sendo apresentado um suposto descaso quanto ao policiamento e defesa da cidade de Lages ameaçada de ocupação pelos sertanejos: *Aqui, no nosso Estado, os bandidos, a horda de toda casta de gente pode operar matando e roubando! Que lhe importa, ao sr. Setembrino, que sofra o Estado de SC, que sofram as nossas famílias, quando o Paraná está em relativo sossego?*⁶.

A disputa pelo policiamento federal em áreas de conflito indispunha coronéis dos Estados irmãos e indicava o cuidado que o comandante da campanha deveria tomar para não ferir os melindres dos chefes locais. A decisão de Setembrino de Carvalho em montar o quartel general no Estado do Paraná já havia sido questionada pela imprensa de Santa Catarina, sob o argumento de que a maior concentração de rebeliões se encontrava em território catarinense. Tal crítica vinha revestida de um claro interesse em se beneficiar economicamente com o estabelecimento das tropas, além do desejo de uma proximidade com o comandante na intenção de garantir um relacionamento amigável, possivelmente mais propício ao poder de barganha.

Na disputa pelos limites territoriais com o Paraná, Santa Catarina havia garantido ganho de causa na disputa junto aos tribunais federais, exigindo com isso o cumprimento da sentença judicial. Os paranaenses questionavam decisão e prometiam resistir. Setembrino de Carvalho propôs o arbitramento, numa espécie de acordo amigável, que fosse assinado pelos governadores. Diante dessa postura os catarinenses acusavam o general de fazer *politicagem de aldeia*. Na mesma matéria citada acima os catarinenses especulavam sobre as intenções do general ao declarar ser favorável ao arbitramento, afinal sua ação não seria *recomendar-se ao sufrágio do eleitorado do Paraná para um cargo eletivo*, exclamando com veemência: *o gen. Setembrino deseja ser deputado ou senador, presidente ou coisa parecida! Vamos Sr. General! Esqueça por um momento os seus interesses e cumpra os deveres que lhe são impostos pela Pátria, em defesa da qual V.S. prestou, ao entrar para o Exército, solene compromisso, empenhando sua palavra de honra*⁷.

Valendo-se da máxima militar de que *a guerra é a continuação da política pelas armas*, Setembrino de Carvalho rebateu a crítica destacando a posição do oficial militar acima dos jogos políticos, mantendo não só a distinção entre atividade política e exercício militar como sobrepondo esse a outra. Segundo seu argumento, numa situação de guerra movida por questões políticas, apenas um militar estaria apto para intervir com imparcialidade.

Em suas memórias, publicadas anos depois, o futuro marechal desabafou:

Será lícito negar a um general a serenidade para bem distinguir os fatores em jogo, de naturezas várias, considerando-os em seu justo valor, e aquilatar das suas respectivas preponderâncias, determinando-lhes resoluções?

Ora, se na guerra, onde em taboleiro estratégico joga-se a sorte das nações beligerantes, onde impérios e reinos correm os riscos de seus azares, sendo as tropas dirigidas por eminentes generais, são eles revestidos de uma soma enorme de poderes, por que não admitir que um medíocre general de um medíocre Exército se ocupasse de uma medíocre questão que somente um pouco de boa vontade e uma pequena dose de patriotismo resolveriam perfeitamente?!

Legítima, pois, foi minha intervenção, junto ao Governo de Santa Catarina, para por um termo à irritante contenda que estancava os progressos dos dois Estados litigantes⁸.

Nesta declaração é notória a defesa da intervenção na política, entretanto a campanha de guerra declarada na região obscureceu esse caráter colocando-o de forma diferenciada nos anais historiográficos.

Além disso, Setembrino de Carvalho diante das intrigas municipais entre sertanejos e chefes políticos, buscou reorganizar a composição do poder local incorporando no Exército coronéis da guarda nacional e fazendeiros armados com jagunços particulares ou mesmo propondo o afastamento de políticos municipais. Esse foi o caso de Francisco Ferreira de Albuquerque, Superintendente do município catarinense de Campos Novos e um dos inimigos declarado dos fiéis em João Maria. O afastamento foi acertado com o governador e também oficial do Exército, Felipe Schmidt. Por meio desses casos é possível perceber que a intervenção militar não fora destituída de intervenção política como apregoado por Setembrino.

A idéia de uma ação estritamente militar camufla o papel do Exército na manutenção do *status quo* governamental. Não são poucos, no entanto, os trabalhos que incorporam uma suposta dicotomia entre profissionalização e envolvimento de oficiais na política⁹.

Tais idéias, se submetidas a uma demonstração empírica tornam-se frágeis. O caso dos “jovens turcos” é propício, pois o grupo de oficiais reunidos em torno da revista *A Defesa Nacional*, são vistos como empenhados essencialmente na profissionalização militar, logo, como distantes dos jogos políticos da época. José Murilo de Carvalho¹⁰, Frank MacCan¹¹ e Edmundo Campos Coelho¹², embora com perspectivas de análise diferenciadas, dão pouco peso ao envolvimento dos “jovens turcos” na política da Primeira República.

Numa análise preliminar dos editoriais da revista, bem como das matérias relacionadas a Guerra do Contestado é evidente o envolvimento dos oficiais com a profissionalização militar, mas também com os jogos e interesses políticos da época. Leila Maria Corrêa Capella, por exemplo, assegura que a campanha defendida pelos “jovens turcos” não pressupunha o afastamento dos militares da política.

O que surge nos discursos citados é, por um lado, a tentativa de impedir o envolvimento dos militares nas querelas políticas, que só provocavam o desgaste da corporação. Mas por outro lado, há a preocupação em encaminhar o Exército para a grande política, de dimensões nacional, na qual a corporação atuaria de forma coesa, sem quebra de hierarquia. Esse direito que se atribuem, de atuar nas “grandes transformações porque tem passado a Pátria brasileira” abre, claramente, para a intervenção militar na vida política¹³.

Além disso, os oficiais empenhados na campanha de profissionalização não restringiram sua ação a uma reforma institucional, uma vez que eles possuíam um projeto nacional claramente delimitado. Nesse projeto o Exército seria a grande escola de formação da cidadania cabendo aos militares, como protagonistas da recente e gloriosa história republicana nacional, assegurar o progresso do país. A militarização da nação aparecia como o melhor caminho a ser seguido, sendo que a campanha pela implementação do serviço militar obrigatório garantiria o deslançar desse projeto.

João Quartim de Moraes também descarta o suposto “apoliticismo” dos defensores do profissionalismo militar e afirma:

Tão convencidos estavam os jovens turcos (...) de que a reforma do Exército tinha na reforma da nação o seu desdobramento lógico, que, sempre no editorial de lançamento, criticam os “espíritos liberais” por se insurgirem “contra as intervenções militares na evolução social dos povos”. As sociedades nascentes “têm necessidade dos elementos militares para assistirem a sua formação e desenvolvimento¹⁴”.

A modernização do Exército, as intervenções na política, tanto quanto a participação efetiva de oficiais em cadeiras políticas - Federal e Estadual - indica o quanto os militares estavam preocupados com os rumos políticos da nação. Soma-se a isso o olhar negativo de muitos oficiais militares sobre o que consideravam a politicagem republicana.

Sendo assim é possível considerar que a campanha do Contestado foi instrumentalizada por alguns oficiais do Exército a fim de torna-la útil para a

profissionalização militar que estava em curso. A estratégia de Setembrino de Carvalho, embora tenha mudado em parte os planos do Presidente da República, acabou por apaziguar os ânimos das oligarquias locais, garantindo os interesses do governo federal. Tal intervenção nos possibilita a compreensão do tipo de relação que os oficiais do Exército mantinha com a política da época: propunham um distanciamento dos jogos de poder locais, mas não negavam o papel de árbitro em questões de política que compromettesse os interesses que julgavam nacionais.

¹ Conforme Carvalho, Fernando Setembrino de. *Relatório apresentado ao general de divisão José Caetano de Faria*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1916.

² CAPELLA, Leila Maria Corrêa. *As malhas de aço no tecido social*. Niterói/RJ: UFF. 1985 (Dissertação de Mestrado). P. 198.

³ Os valores recolhidos e repassados às famílias podem ser acompanhados nas páginas finais da revista *A Defesa Nacional* entre outubro de 1914 e agosto de 1915.

⁴ Definida por Helio Silva como *nome dado à derrubada das situações estaduais adversas ao governo central*. Ver Silva, Hélio. *O Poder militar*. Porto Alegre: L&PM, 1984, p.84

⁵ CARVALHO, Fernando Setembrino de. *Memórias: dados para a história do Brasil*. Rio de Janeiro: S/ed. 1950, p.130-131.

⁶ *Jornal Folha do Comércio*, Florianópolis, 18/11/1914.

⁷ *Idem*.

⁸ Embora Setembrino de Carvalho tenha respondido essas críticas na imprensa da época, sua resposta aparece melhor formuladas nas suas Memórias, 1950, cap. III. P. 139.

⁹ Tal idéia parece ter sido melhor elaborada pelo sociólogo norte-americano HANTINGTON, Samuel. *O soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

¹⁰ CARVALHO, José Murilo de. As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUTO, Boris (org.) *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, Difel, t. 3, v. 2, 1974.

¹¹ McCANN, Frank D. *A nação armada: ensaios sobre a história do exército brasileiro*. Recife, PE: Editora Guararapes, 1982.

¹² COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

¹³ Capella, L .M. C. *Op cit*, p. 84.

¹⁴ MORAES, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil*. São Paulo: Siciliano, 1991. p.87.